RESUMO EXPANDIDO (PÚBLICO GERAL/NÃO ASSOCIADOS AKB) / EXTENDED ABSTRACTS (NON AKB MEMBERS) - ÁREA 8. ECONOMIA ECOLÓGICA, MUDANÇA CLIMÁTICA E SUSTENTABILIDADE

FINANÇAS AZUIS E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E DESAFIOS PARA O BRASIL

Alexandre Freitas (alexandrefreitas76@yahoo.com.br)

Rayssa Da Veiga Stofeles Lobo (rayssastofeles@gmail.com)

Isabela Rocha Gracindo Marques (bela_marques1205@hotmail.com)

A intensificação da emergência climática e a crescente centralidade da transição ecológica têm impulsionado o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros voltados à sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, as chamadas finanças azuis (blue finance) emergem como um campo estratégico voltado à mobilização de recursos públicos e privados para atividades relacionadas à economia do mar, articulando conservação ambiental, crescimento econômico e inclusão social em territórios costeiros.

A economia do mar vem adquirindo relevância crescente nas agendas internacionais de desenvolvimento. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Economia do Mar poderá alcançar US$ 3 trilhões até 2030, impulsionada por setores como transporte marítimo, energia offshore, pesca, turismo costeiro, biotecnologia marinha e infraestrutura portuária. Ao mesmo tempo, os oceanos tornaram-se centrais no enfrentamento da emergência climática, especialmente devido ao seu papel na regulação climática, absorção de carbono e proteção da biodiversidade.

Entretanto, a expansão das atividades econômicas ligadas ao oceano também tem intensificado pressões ambientais e territoriais, exigindo novos mecanismos de financiamento capazes de promover modelos sustentáveis de desenvolvimento. Nesse cenário, as finanças azuis surgem como extensão das finanças sustentáveis e das finanças climáticas, envolvendo instrumentos financeiros especificamente voltados à economia do mar e à conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos.

Entre os principais instrumentos atualmente associados às finanças azuis destacam-se os blue bonds, os fundos de economia azul, os mecanismos de blended finance, os pagamentos por serviços ecossistêmicos marinhos e as operações de conversão de dívida para conservação ambiental, conhecidas como debt-for-nature swaps. Esses instrumentos vêm sendo utilizados para financiar projetos relacionados à conservação marinha, pesca sustentável, infraestrutura costeira resiliente, restauração de manguezais, adaptação climática e inovação tecnológica ligada ao oceano.

Diversas experiências internacionais evidenciam o crescimento desse campo. Seychelles tornou-se referência internacional ao emitir, em 2018, o primeiro blue bond soberano do mundo, destinado ao financiamento da pesca sustentável e da conservação marinha. Belize implementou uma operação de conversão de dívida voltada à proteção de áreas marinhas, articulando financiamento internacional e compromissos de conservação. Indonésia e Portugal estruturaram estratégias nacionais de economia azul combinando planejamento territorial, financiamento climático e investimentos em infraestrutura marítima sustentável.

Em escala regional e subnacional, também se destacam experiências em regiões costeiras como Califórnia, Roterdã e Barcelona, que vêm articulando instrumentos financeiros, inovação institucional e planejamento costeiro sustentável. Essas iniciativas demonstram que as finanças azuis não se restringem ao financiamento ambiental, mas podem atuar como instrumentos de desenvolvimento territorial e diversificação econômica em regiões costeiras.

No Brasil, entretanto, as finanças azuis ainda se encontram em estágio inicial. Embora iniciativas recentes como o BNDES Azul, ainda há reduzido número de experiências estruturadas em nível estadual ou municipal. Isso cria uma oportunidade para o desenvolvimento de novos modelos institucionais voltados ao financiamento da economia do mar em escala local e regional.

Nesse contexto, o presente trabalho realiza uma revisão do conceito de finanças azuis e um mapeamento de experiências internacionais relevantes, buscando identificar seus principais instrumentos, modelos institucionais e impactos territoriais. A partir desse referencial, propõe-se uma análise da criação do Fundo Municipal de Economia Azul, de Impacto e Solidária (FUMEA-IS), no município de Cabo Frio (RJ).

A proposta do FUMEA-IS prevê a constituição de um fundo municipal voltado ao financiamento de iniciativas relacionadas à economia azul, incluindo pesca artesanal sustentável, turismo de base comunitária, conservação de ecossistemas costeiros, economia circular, inovação tecnológica e adaptação climática. O fundo incorpora mecanismos associados às finanças azuis contemporâneas, como blended finance, microcrédito, financiamento baseado em resultados e captação de recursos por meio de instrumentos financeiros sustentáveis.

O estudo busca avaliar o alinhamento da proposta com as experiências internacionais de finanças azuis, identificando seus potenciais, limitações e desafios institucionais. Ao discutir instrumentos financeiros voltados ao desenvolvimento costeiro sustentável, o trabalho contribui para o debate sobre novas estratégias de desenvolvimento territorial em regiões costeiras brasileiras, articulando economia do mar, financiamento climático e sustentabilidade.

Palavras-chave: finanças azuis; economia do mar; desenvolvimento sustentável;.